

POLÍTICA NACIONAL DE LEITURA NOS ARQUIVOS SONOROS DO CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL – 1978 A 1995

NATIONAL POLICY OF READING IN THE SOUND ARCHIVES OF BRAZILIAN READING CONGRESS – 1978 TO 1995

POLÍTICA NACIONAL DE LECTURA EN LOS ARCHIVOS DE SONIDO DE LOS CONGRESO DE LECTURA DE BRASIL – 1978 A 1995

Larissa de Souza Oliveira¹
Lilian Lopes Martin da Silva²

Resumo: A pesquisa *ALB: memórias* e os documentos audiovisuais: sua importância; a produção do Catálogo de Fontes Sonoras e o potencial desse material para futuras investigações; as *políticas de leitura nos COLEs*: conferências e mesas-redondas que explicitamente tratam do tema entre 1978 e 1995.

Palavras-chave: Congresso de Leitura do Brasil; arquivos sonoros; memória.

Abstract: The ALB research: memories and audiovisual documents: their importance; the production of the Catalog of Sound Sources and the potential of this material for future investigations. reading policies in the COLEs: conferences and roundtables that explicitly deal with the theme between 1978 and 1995.

Keywords: Brazilian Reading Congress; sound archives; memory.

Resumen: La investigación ALB: memorias y los documentos audiovisuales: su importancia; la producción del Catálogo de Fuentes Sonoras y el potencial de ese material para futuras investigaciones; las políticas de lectura en los COLEs: conferencias y mesas redondas que explícitamente tratan del tema entre 1978 y 1995.

Palabras clave: Congreso de la Lectura de Brasil; archivos de sonido; memoria.

Introdução

Desde o final de 2017, a massa documental referente ao Congresso de Leitura do Brasil (COLE), iniciado há 43 anos, se encontra sob a responsabilidade do Centro de Memória da Educação (CME) da Faculdade de Educação da Unicamp³. Na ocasião de sua doação pela Associação de Leitura do Brasil (ALB)⁴, esse conjunto somava 3.253 documentos de diferentes tipos – escritos, sonoros, iconográficos ou tridimensionais – que compõem uma ampla rede de sentidos a ser investigada para a construção de uma memória sobre as práticas da leitura e as discussões sobre ela em nosso país. Em sua materialidade e discurso, esses materiais expressam visões, relevâncias, pontos de vista, perspectivas e representações compartilhadas nas diferentes temporalidades e situações histórico-culturais em que os congressos se realizaram.

¹ Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

² Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

³ De 2009 até esse momento, o material estava acondicionado na sala do Grupo de Pesquisa ALLE/AULA. Havia sido organizado e começava a ser pesquisado por integrantes do grupo vinculados ao Projeto *ALB: memórias*, sob a coordenação das professoras Lilian L. M. Silva e Luciane M. de Oliveira.

⁴ A ALB é a entidade que, desde 1981, o realiza bianualmente. Seu site permite maior conhecimento: <http://alb.org.br/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Deste acervo fazem parte os documentos sonoros e audiovisuais que registram os eventos, especificamente suas conferências e palestras, debates e assembleias. São muitos, e estão reunidos em 320 dispositivos marcados por condições de produção diversas, pois ao longo dos anos de realização dos COLEs ocorreram mudanças tecnológicas significativas. Tais mudanças vão da gravação do evento em fitas de rolo e fitas cassete, aos registros em fitas VHS e, posteriormente, em formato digital. Pode-se dizer que o conjunto constitui a memória sonora e audiovisual dos congressos.

Ouvir a voz de alguém – sobretudo a voz de quem tem um valor especial para nós – costuma desencadear sensações, emoções ou lembranças, porque a audição é, sem dúvida, um dos sentidos que nos conecta ao outro. Além disso, escutar os documentos sonoros dos congressos nos traz não só a voz desse outro, vindo do passado ao presente, como nos insere nas circunstâncias e momentos vividos por ele. Esses discursos apresentam diferentes tons, nuances, silêncios e hesitações, assim como comentários, narrativas e reflexões que foram eliminados dos textos encaminhados ou recolhidos para a composição dos materiais impressos e/ou digitais (caderno de resumos ou anais) a que temos maior acesso, podendo, portanto, amplificar seus sentidos.

Não estando isoladas da situação contextual e temporal nas quais foram produzidas, essas vozes carregam muito desses elementos e apenas a escuta das gravações permite recuperá-los. Além disso, os impressos, como Anais e Resumos, são confeccionados em espaço e tempo diferentes daqueles em que se realizam os congressos e não trazem por escrito, por exemplo, os debates com o público e intervenções não planejadas.

Tomando como exemplo um programa impresso de um evento e os textos de conferências e mesas publicados nos Anais é possível tecer alguns comentários relacionando-os aos registros sonoros correspondentes. Eles constituem documentos diferentes, muito embora digam respeito a um mesmo conjunto de acontecimentos, que ocorreram no mesmo tempo e lugar. As gravações que dão origem aos documentos sonoros não apenas complementam e ampliam aquilo que os Anais apresentam como textos escritos, como também apontam para mudanças no planejamento do evento e para outros elementos. No *presente* do Congresso, pode acontecer uma participação diferente daquela prevista na programação feita no *passado* do evento. Como, ainda, por alguma razão, pode existir uma participação que esteja ausente dos Anais, geralmente confeccionado posteriormente ao evento.

Larissa de Souza Oliveira (2021)⁵ explorou essa espécie de discurso em “linha lateral” captada pelo registro sonoro na conferência do Professor Paulo Freire⁶ durante o 3º COLE, em 1981, e cotejou-o com o texto que foi impresso no caderno de resumos do evento, a partir do manuscrito de seu autor. Concluiu que as nuances percebidas a partir da transcrição da fita gravada revelam não só pensamentos espontâneos do autor sobre o ato de ler em seus aspectos conceituais, mas também sobre sua própria vida, de quando se formava leitor, no processo de compreender seu mundo, de quando atuava (e se formava) enquanto professor – formando outros leitores; enquanto educador – entendendo, construindo e refletindo sobre o pensamento político que perpassa todo ato de ensinar.

O esforço de Oliveira pode ser considerado um exemplo do potencial existente no acervo sonoro do COLE, que uma vez digitalizado pode ser acessado. Seus diversos conteúdos podem ser não apenas resgatados, mas articulados e contextualizados, num diálogo com seu tempo contemporâneo e do mesmo modo podem ser ressignificados a partir do tempo presente.

⁵ O trabalho intitulado Memórias em movimento: “A importância do ato de ler”, de Paulo Freire, no Congresso de Leitura do Brasil (1981) foi apresentado no Seminário Internacional Ano 100 com Paulo Freire, da Faculdade de Educação da USP e se encontra disponível em: http://www.paginas.fe.usp.br/eventos/evento/eventos_evento.php?acao=Visualizar_Arquivo&tipo=trabalho_completo&eventosevento_codigo=5645&eventoseventoinsc_numero=683&eventoseventoinsc_trabalho_numero=1.

Acesso em: 02 fev. 2022. A transcrição da fala de Paulo Freire foi publicada na Revista Leitura: Teoria & Prática em dezembro de 2021. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/936>. Acesso em: 02 fev. 2022.

⁶ FREIRE, Paulo. A importância da leitura. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 3º Congresso de Leitura do Brasil*. Campinas, SP: FE/Unicamp. 1981. p. 3-6.

Para Irina Bokova (2016 *apud* MENEGHELLO, 2017, p. 31), arquivos e centros de memória, sejam públicos ou privados, constituem o banco da memória coletiva da humanidade vez que salvaguardam os trabalhos e registros audiovisuais como parte integrante do nosso patrimônio comum, importante para nossa identidade e sentimento de pertencimento, devendo, pois, ser preservados. Para ela:

Esse patrimônio fornece uma âncora em um mundo em constante mudança, especialmente para comunidades locais, proporcionando registros de atividades culturais e refletindo a grande diversidade de expressões. Promovendo a coesão, os arquivos também são essenciais para os debates sobre as prioridades futuras, ao preservarem a diversidade de histórias e auxiliarem as gerações futuras a entender o que veio antes delas (BOKOVA *apud* MENEGHELLO, 2017, p. 31).

O acesso aos acervos sonoros e audiovisuais geram maior interatividade e realismo, e aumentam os efeitos das mensagens expositivas sobre aqueles que escutam/assistem. Para Ecléa Bosi, “a história que se apóia unicamente em documentos oficiais [escritos], não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (BOSI, 2003, p. 15).

Tais considerações apontam para a necessidade de conservação dos documentos sonoros e importância de seus conteúdos. Isso fez com que no ano de 2010 todo o material sonoro do COLE fosse digitalizado⁷ e, entre os anos de 2012 e 2013, os pesquisadores se dedicassem a escutar as gravações, fazendo sua decupagem⁸.

Em 2015, se produziu uma primeira versão do *Catálogo de Documentos Sonoros* (1978-1995), que foi revisada, ajustada, e está sendo finalizada para submissão à publicação. São mais de 200 palestras em mesas-redondas e conferências ali indicadas, debates em que o público se manifesta, sessões de abertura e encerramento, assembleias da ALB, além de outros momentos que integram ou atravessam cada um dos eventos. O Catálogo também contém um índice onomástico com a relação de convidados dos COLEs que possuem o registro de suas manifestações. O índice indica a participação de cerca de 220 diferentes pessoas, bem como as páginas em que estão essas participações. Traz, também, um manual contendo as orientações para a confecção e preenchimento das fichas.

Por uma política de leitura no COLE – 1978 a 1995

Um dos temas de pesquisa do *Projeto ALB: memórias* refere-se à questão das políticas de leitura. Numa primeira operação de pesquisa, consideramos os congressos ocorridos entre 1978 e 1995 e recorreremos ao Catálogo de Fontes⁹ e ao Catálogo de Documentos Sonoros a fim de realizar um levantamento das mesas-redondas, conferências ou palestras que explicitamente, nos títulos, apontassem para o tema das políticas de leitura. Identificamos um total de uma conferência e seis mesas-redondas que se referem diretamente à questão das políticas e programas de leitura e à democratização do acesso ao livro e à leitura. Em conjunto, essas mesas e conferência reúnem 26 participações individuais.

⁷ Através de um contrato com a empresa Simes – Digital Vídeo. Ver: <https://www.simesvideo.com.br>.

⁸ Decupar consiste em realizar o levantamento detalhado e registrar em ficha própria o conteúdo dos arquivos sonoros, indicando a posição e o tempo de duração de cada trecho, para servir de referência ao trabalho de edição e pesquisa.

⁹ SILVA, L. L. M.; OLIVEIRA, L. M.; OLIVEIRA, L. S. *Congresso de Leitura do Brasil: catálogo de fontes* (1978-1995). Campinas: FE/UNICAMP, 2020, p. 122. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=109958&opt=1>. Acesso em: 21 out. 2021.

Nessa primeira busca foi possível constatar que a preocupação com a definição de uma política para a leitura no Brasil e sua discussão aparece pela primeira vez, de forma explícita, no 3º Congresso, realizado em 1981, numa mesa-redonda intitulada: *Em busca de uma política concreta para o desenvolvimento da leitura no Brasil*¹⁰. O COLE daquele momento teve como tema geral “Lutas pela democratização da Leitura no Brasil”. Mesa e tema geral do evento convergiam para o debate da **necessidade** de uma política para a leitura, que repercutiu a questão da democratização no Brasil.

O caminho da discussão se iniciou num cenário em que se desenhava o fim do regime militar e se fortalecia a inquietação e a movimentação da sociedade civil na construção de um país mais democrático; havia grande disposição de escuta e de criação de instrumentos para assegurar a participação popular não só em relação ao mundo político e econômico, como também em relação à cultura e à educação, de modo geral, e à leitura, de forma específica. Sonia Midori Takamatsu, em seu trabalho de doutorado, pesquisou as condições políticas e sociais em que se situam a produção dos Congressos de Leitura do Brasil e a fundação da Associação de Leitura do Brasil (ALB). Para ela:

Com o regime dando mostras de esgotamento, as ações afirmativas que pudessem contribuir para a abertura política e a plena democracia eram aspirações que emergiam em toda a sociedade. Desde a Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979, promulgada ainda no regime ditatorial, a sociedade brasileira iniciava, quinze anos após o golpe militar, um processo de autonomia e de busca pela democracia plena. Fatos marcantes como a mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos, em especial a categoria dos metalúrgicos protagonista das emblemáticas greves de 1978 e 1979 na região do ABC, em São Paulo, impulsionaram os novos rumos políticos, contribuindo para forçar o governo militar a sancionar medidas para a abertura política no país. A reorganização das instâncias partidárias e a livre criação de partidos políticos permitiram que diferentes correntes ideológicas e de representação política comessem 44 a tomar corpo. O surgimento de novos partidos políticos, rompendo com o bipartidarismo que, durante duas décadas, espoliou a legitimidade do sistema político, veio como uma afirmação dessas conquistas. As mudanças do panorama social e político conseguiram imprimir um ritmo mais intenso de mobilização social, quadro impensável no auge da ditadura, especialmente no contexto político do AI-5 e do posterior período Médici (TAKAMATSU, 2017, p. 43).

No campo da educação, parecia ser urgente um debate de todos os setores da sociedade que se caracterizasse pela pluralidade de vozes, pela preocupação com as classes populares, pela organização dos professores como categoria de modo a garantir maior qualidade de ensino. Nesse sentido, abriam-se espaços nas universidades, nas escolas e em eventos culturais para o debate e a problematização das políticas de governo, em especial aquelas que diziam respeito à educação. Os debates sobre o tema leitura permitiram reunir um contingente de profissionais e estudantes para a criação de uma instância de organização de um coletivo que militasse em torno das questões sobre a leitura e o livro (TAKAMATSU, 2017, p. 44).

¹⁰ Mesa coordenada por Tânia Rodrigues Mendes, Bibliotecária-Chefe EAESP-FGV), que contou com a participação de Caio Graco Prado, da Editora Brasiliense; Laura Constância A. de A. Sandroni, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ); Luis Firmino de Lima, do Centro de Memória Sindical/ Sindicato dos Têxteis (SP); Luis Augusto Milanesi, da Escola de Comunicações e Arte (USP); e Suzi F. Sperber, representante da Associação dos Professores de Língua e Literatura (APLL). O Catálogo de Documentos Sonoros permite saber que houve também a participação de Antonina Silveira, do Centro da Pastoral Vergueiro/SP, cuja fala não aparece escrita nos anais do evento, nem foi prevista em sua programação. Apenas o áudio possibilita conhecê-la.

A mesa-redonda do 3º COLE procurava, então, reunir e articular diferentes vozes. Junta à voz da bibliotecária, do editor e do professor universitário – vozes acadêmicas – aquelas vinculadas a entidades que representavam categorias profissionais, habitualmente excluídas desse tipo de debate, como os operários, por exemplo, e a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), entidade recém-criada para valorização da leitura nesse segmento. O debate, portanto, se organizou em torno da democratização da leitura e da formulação de uma política para essa prática no país, a partir desse conjunto diverso, marcando, assim, o compromisso dos organizadores do evento com uma discussão capaz de contemplar segmentos da população nunca ouvidos até então.

A mesa-redonda teve um texto gerador e um conjunto de questões, previamente formulados, enviados a todos os seus integrantes e apresentados na ocasião pela coordenadora. Quando consideramos esse conjunto deflagrador das reflexões e debates, constatamos que ele parte da afirmação de que existia uma política de leitura em vigor que não atendia aos interesses populares¹¹; era excludente da maioria da população, visto que havia também uma dificuldade na educação das classes populares e entraves de toda ordem às ações de editores, livreiros e outros agentes. O texto conclamou à discussão de uma política “concreta” (alternativa à atual) na qual não apenas se denunciasse as restrições existentes no momento, mas se apontasse para possibilidades de modo a encontrar uma possível ação a ser conduzida coletivamente.

A coordenadora não apenas oralizou o texto já pronto que tinha em mãos, como também discorreu livremente inúmeras vezes ao longo da leitura, realizando uma série de operações que visam ao esclarecimento do que diz. Agiu complementando ou adicionando informações, seja com explicações, seja criando exemplos. Fica evidenciada sua ação de, por meio de dispositivos editoriais (se formos considerar o oral como uma forma de publicação do texto), dar mais sentidos ao texto escrito que tinha em mãos.

Outra diferença encontrada entre os dois registros dessa mesa diz respeito à participação de Antonina Silveira, do Centro da Pastoral Vergueiro¹², convidada que não apareceu nos impressos, nem na programação e nem nos anais. No áudio, ela é a primeira convidada a colocar seu ponto de vista após a manifestação inicial da coordenadora. Junta-se, assim, às demais vozes, a voz de importante força de resistência dos setores de oposições, irradiador e divulgador de informações e materiais populares produzidos por grupos, urbanos e rurais, de São Paulo e de outros estados, grupos de alfabetização e supletivo, pastorais, grupos de bairros.

Na comunicação seguinte, de Laura Sandroni, representando a FNLIJ, o texto oral ultrapassou aquele que está impresso nos Anais. Este está truncado. No arquivo sonoro, podemos recuperá-lo na íntegra. Logo após, a palavra passou para a Profª Suzi Sperber, da Associação dos Professores de Língua e Literatura (APLL). Disse ela: “eu vim um pouco armada para falar aqui, mas eu estou totalmente desarmada e continuo ainda extremamente comovida com a palestra do Paulo Freire. E é um pouco nesse clima que eu vou falar com vocês”¹³. A professora passou, então, a comentar a palestra de Paulo Freire no que se refere à concepção de alfabetização trazida por ele e só a partir de certo ponto introduziu aquilo que há no texto que trouxe pronto para a palestra e está publicado nos Anais. Não o leu, mas foi colocando algumas das ideias que nele estão presentes, ainda assim, comentando outras falas da mesa, como a de Antonina Silveira.

¹¹ A imediata pergunta “que política é essa?” nos levaria a um percurso de investigação que não pode ser ainda realizado.

¹² O Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) foi fundado em 1973 por religiosos e estudantes universitários tendo como sede a Comunidade Cristo Operária, um espaço vinculado à Ordem dos Dominicanos. Com muitos religiosos adeptos da Teologia da Libertação, a Ordem assumiu, durante a ditadura, papel aglutinador tanto na luta por igualdade social quanto entre os movimentos de contestação do regime. Essa relação marcou o surgimento do CPV como um centro pastoral leigo que atuava com educação popular e atividades eclesiais. <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/centro-de-pastoral-vergueiro-cpv/>. Acesso em: 05 jul. 2021. (grifos nossos).

¹³ Trecho transcrito do arquivo de áudio referente a mesa-redonda do 3º COLE (1981). Acervo COLE. CME-FE/Unicamp.

Está ausente dos Anais o debate ocorrido ao final das palestras da mesa. Tanto as interações entre seus integrantes, como com o público presente. Um debate que se estendeu por cerca de uma hora. Nesse tempo, apareceram solicitações de esclarecimentos, exemplos, narrativas, recomendações e relatos que apontaram para acontecimentos do momento, como a crise que a Unicamp vinha sofrendo com a intervenção, processo iniciado em meados de 1981 e que se estendeu até o ano seguinte, envolvendo demissões de funcionários e diretores, substituições no Conselho Diretor da universidade, eleição para reitor etc.¹⁴

Em todos esses momentos destacados, procuramos mostrar a importância de se pesquisar os arquivos sonoros dos COLEs para alcançar, em sua totalidade e expressividade, os discursos ocorridos e seus sentidos, já que como memória sonora eles vão muito além de sua versão impressa nos Anais dos eventos.

O assunto retorna no 4º COLE, em 1983, também em mesa-redonda com o título *Subsídios para uma Política da Leitura*¹⁵ e segue na 5ª edição do evento (1985), em *A Política Cultural no Brasil: o acesso ao livro e à leitura*¹⁶ que reúne: professores universitários, representantes de entidades e de instituições governamentais. A primeira mesa, do 4º COLE, apontou que, uma vez constatada a necessidade da luta por uma política de leitura, é hora de discutir e propor ações. É nesse sentido que interrogou seus integrantes, na forma de questões geradoras fornecidas pela coordenação do evento. Elas incidiam sobre o conjunto de medidas a serem priorizadas na execução de uma política de leitura para que se tivessem bons resultados a médio prazo: a) necessidade ou não de inserção de disciplinas nos cursos de formação; b) discussão acerca da existência de uma coordenação geral para o assunto nos Ministérios da Educação e Cultura; c) ações que garantissem a transmissão do hábito de ler para futuras gerações.

A essas questões, os integrantes de mesa responderam com um grande elenco de prioridades a ser observado pelos dirigentes do país: urgência de construção de uma rede nacional de bibliotecas e de bibliotecas regionais e bancos de livros; ampliação e diversificação da produção literária para crianças; formação de leitores na escola, desde a pré-escola; renovação constante de acervos; apoio do governo a iniciativas privadas que atuam no campo da leitura; incentivos fiscais; multiplicação de cursos de atualização para professores, etc. À exposição seguiu-se intensa participação do público presente, fosse acrescentando narrativas de iniciativas já existentes aqui e ali, fosse colocando novas questões.

O temário estabelecido para essa edição (4º COLE) “Leitura na sociedade democrática: do discurso à ação” indicou de forma objetiva o foco desse congresso. No período em que ele ocorre – 1983, algumas ações já se desenhavam e germinavam, como se pode ver nos Anais do evento, que contempla a relação de trabalhos apresentados em forma de comunicações: projeto Ciranda de Livros; Criação do Proler; Centro de Documentação do Livro Didático; O circuito do livro e a escola etc.

¹⁴ Para maiores informações consultar <https://expounicamp.siarq.unicamp.br/9/unidade/49/intervencao>.

¹⁵ Essa mesa contou com a coordenação de Maria Alice Barros, da Biblioteca Nacional; e com a participação de Laura Sandroni, da FNLIJ, com o texto *Sugestões para uma política de leitura*; de Nelly Novaes Coelho, da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP/SP, que apresentou um texto homônimo ao da mesa; de Zilá da Costa Mamede, da Biblioteca Pública Câmara Cascudo da Fundação José Augusto, Natal/RN, com sua fala intitulada *Subsídios para uma política de leitura – Perguntas Geradoras e suas Respostas*.

¹⁶ Regina Zilberman do Centro de Pesquisas Literárias-PUC/RS; Fábio Lucas representando o Instituto Nacional do Livro – INL; e Glória Fialho Pondé, da FNLIJ, cujas participações foram nomeadas *A política cultural no Brasil*; Lígia Cademartori, da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE/MEC, com a participação denominada *Salas de leitura – Democratização do livro*; e Edson Gabriel Garcia, representante do Departamento de Planejamento Habitacional (DEPLAN), da Prefeitura Municipal de SP, que apresenta reflexões sobre as recém criadas salas de leitura, em sua fala *Programa de salas de leitura das escolas municipais de 1º grau da cidade de São Paulo*.

Dois anos depois, no 5º COLE, em 1985, representantes de diferentes entidades e órgãos municipais, estaduais e federais são chamados à discussão de uma política que viabilizasse o acesso democrático ao livro e à leitura. A professora Regina Zilberman, coordenadora da mesa, teceu considerações sobre o modo como uma política de leitura tinha se desenvolvido no país. Fez um recorte histórico acerca da formação da sociedade brasileira e de nossa cultura, que, alicerçada no livro e na leitura, se tornava alvo de uma preocupação comum: o ensino da leitura e o acesso ao livro.

Zilberman comentou dois programas governamentais da década de 1970, pioneiros na ação voltada ao livro e à leitura: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) e levantou pontos que considerava necessários à uma política democrática e pública mais efetiva para a difusão do saber. Ela concluiu sua participação informando que seu texto gerador foi enviado a todos os participantes da mesa com o intuito de não só oferecer linhas gerais do que parecia ser a política de acesso ao livro e à leitura no Brasil, mas para que cada um tratasse dessas questões a partir dos projetos que vinham desenvolvendo em suas instituições.

Na sequência, Lígia Cadermatori apresentou o “Salas de Leitura”, então novo programa do estado de São Paulo, coordenado pela Fundação de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação (FAE/MEC). Em sua fala, Lígia apresentou as concepções de leitor, de professor e de espaço de leitura do programa e os números que mostraram que o programa estava se solidificando e colocando o livro em circulação. Nessa mesma perspectiva, Edson Gabriel Garcia, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, discorreu sobre o programa “Salas de Leitura” realizado em nível municipal, e logo no início de sua fala propôs uma temática para o próximo COLE, que considerava fundamental naquele momento: discutir semelhanças e diferenças entre a biblioteca escolar e as salas de leitura.

Representando a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLJ), Glória Maria Fialho Pondé apontou experiências, ações e discussões que ocorriam naquele momento na Fundação, especialmente sobre o projeto Ciranda de Livros, e fez um chamamento público para que se construísse uma rede de informações e trocas sobre projetos do país ligados ao livro e à leitura literária.

Finalizando a mesa, Fábio Lucas, do Instituto Nacional do Livro, apresentou um panorama sobre a situação do livro no Brasil. Ele a considerava precária, pela dificuldade de acesso a esse objeto cultural, pelo analfabetismo, pelas deficiências das bibliotecas públicas e escolares e pela fragilidade da própria escola. Sua fala foi transcrita e integralmente publicada no Anais do 5º COLE. Outro ponto de interesse nessa mesa é o longo debate entre os congressistas participantes e os conferencistas, preservado apenas no documento sonoro, em que, por exemplo, os bibliotecários questionam o programa recém-criado, Salas de Leitura.

Novamente, o tema da política de leitura se faz presente no 7º COLE, em 1991: *De leitor para leitores: Políticas públicas e programas de incentivo à leitura*¹⁷. A coordenadora da mesa, novamente a Professora Regina Zilberman, recuperou brevemente a história da produção, circulação e consumo de livros no Brasil, como também, programas vinculados à esfera pública e privada (como INL e FAE; Ciranda de Livros e Viagem da Leitura). Ela também mencionou a cooperação dos meios de comunicação na difusão das campanhas e a importância dos setores públicos e privados na formação dos professores. Para ela, nos últimos 20 anos (décadas de 70 e 80), não faltaram programas, ações e leis visando a modificação de nosso quadro cultural, mas o problema da leitura persistia por questões que, em muito, extrapolavam o alcance dos

¹⁷ Compuseram a mesa, as Professoras Regina Zilberman, da PUC/RS, com sua participação intitulada *Políticas públicas e promoção da leitura*; Eliana Yunes, da PUC/RJ e do PROLER; também, Walda de Andrade Antunes, bibliotecária no Distrito Federal, e Ary Kuflik Benclowicz, representando a Câmara Brasileira do Livro, cujos textos receberam o mesmo título da mesa-redonda; Edson Gabriel Garcia, da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE/MEC), com o texto *Políticas públicas e programas de incentivo à leitura*.

programas criados. Convencida de que não convinha a atitude conformista, sendo necessário apostar na conquista de melhor situação, formulando novos caminhos, avaliando práticas, perguntou aos integrantes da mesa, todos de algum modo experientes em participar de ações visando a melhoria da situação: Quais devem ser as políticas de leitura para o Brasil que se almejam nos anos 90? Insistiu na perspectiva de futuro, da projeção de ideias.

Entretanto, a mesa fez prioritariamente uma retrospectiva de vários programas de difusão do livro e da leitura desenvolvidos anteriormente, tanto em nível federal como estadual e de iniciativa de instituições privadas, e destacou os problemas constatados como: a descontinuidade das ações; o alcance pequeno diante da magnitude da questão; a falta de acompanhamento do trabalho, da formação, da multiplicação, da publicação especializada, da integração das forças atuantes no setor; o fato dos projetos atingirem apenas a superfície do problema; e a ênfase em enfoque cultural e não comercial e industrial. Segundo Edson Gabriel Garcia, um dos membros da mesa, tratava-se de um mal crônico em nosso país.

Mas foi ele quem desenhou um panorama para o futuro. Para ele, só seria possível se estabelecer uma política da leitura no Brasil, quando as “politicagens” e “politiquices” fossem substituídas pela consciência política. Garcia propôs que uma política de leitura tivesse um caráter nacional e ao mesmo tempo local, ou seja, uma espécie de espinha dorsal ampla e vigorosa para sustentação de projetos e programas locais, alinhavando-os de modo firme, que fosse capaz de fortalecer as comunidades e envolvê-las nas ações; capaz de agregar instâncias federais, estaduais e municipais, câmaras, instituições e associações; coordenar e distribuir competências, recursos etc. Afirma, em resumo, que ela precisaria ter um corpo sólido, feito de pessoas e equipamentos, abrangendo escolas, bibliotecas e centros culturais; e, ao mesmo tempo, oferecer o combustível necessário para ações e equipamentos já existentes.

Dois anos depois, 1993, o 9º COLE trouxe de volta à discussão numa das cinco mesas-redondas simultâneas que compuseram a programação da primeira manhã, *Políticas Nacionais de Leitura: uma análise*.¹⁸ As diferentes exposições da mesa dialogaram com elementos trazidos por seu coordenador em seu texto gerador, fosse para concordar, discordar ou para responder às perguntas lançadas. São considerações que, em seu entender, mostraram os limites das ações até o momento empreendidas e a permanência de muitos problemas. A essa reflexão, os integrantes da mesa reagiram com outros argumentos igualmente importantes para o debate.

Foi consensual a ideia de base do texto gerador, de que a prática da leitura não pode ser dissociada do conjunto de condicionantes sociais, econômicas, culturais e educacionais de nosso país e, assim também, as políticas de leitura. Se fosse diferente, aí sim, teríamos uma ingenuidade, segundo um dos integrantes da mesa. Mas não foi consensual a ideia de que o povo oprimido pela fome e pela miséria poderia ser salvo pelo livro. O coordenador sublinhou a importância das condições objetivas e estruturais de alimentação e assistência social como elementos prévios. Elizabeth Serra, da FNLIJ, afirmou que a assistência que conhecíamos no momento era demasiadamente paternalista, e defendeu que ela deveria também contemplar educação de qualidade e iniciação ao letramento.

¹⁸ Na ocasião, contribuíram para a discussão desse tema Ezequiel Theodoro da Silva, da Faculdade de Educação da UNICAMP, Walter Esteves Garcia, da FAE/MEC, e Elizabeth Serra, representando a FNLIJ; além de Francisco Gregório Filho, representando a Casa de Leitura/Proler, trazendo o texto intitulado “PROLER”. Neste Congresso temos também, na programação, o registro da conferência *O Programa de Leitura do MEC – Pró-Leitura*. Proferida por Marília Miranda Lintinger, representando o MEC. A conferência está presente, apenas, nos arquivos sonoros do Congresso. Seu texto integral, denominado *Políticas nacionais do desenvolvimento da leitura/escrita no ensino fundamental*, foi previsto para o Volume II do Anais do 9º COLE, mas ele ficou somente na forma manuscrita. Publicou-se, apenas, o primeiro volume que integra o acervo do COLE. Não foi possível consultar no CME o arquivo sonoro dessa conferência, nem o material manuscrito do II volume de anais do evento.

Outra questão sobre a qual não houve consenso foi de que algumas ações de promoção da leitura, programas e projetos se revelaram ingênuos ou inocentes demais, por causa de uma leitura interpretativa superficial da realidade. A ela contrapôs-se a ideia de que nos caminhos percorridos pelos que apoiavam ou executavam as ações de leitura, essas foram as ações possíveis num contexto de supressão de liberdades e de ameaças, significando a ocupação de brechas. Aquelas propostas que buscaram soluções para os problemas de leitura no trabalho abnegado, solidário ou de caráter temporário, evidenciam a falta de vontade política, de prioridade para o problema, mas formam as tentativas de resistência. A falta de êxito de muitos programas não resulta de uma visão equivocada ou de um passo mal dado, mas da falta de compromisso dos governos e do empresariado com esse problema.

Quanto à questão levantada pelo texto gerador a respeito dos recentes desmanches de instituições da área, avanços ou recuos do trabalho com a promoção da leitura e formulação de uma política para o país, a reflexão de Walter Esteves Garcia (FAE) reforçou a necessidade de fortalecimento do Estado (através da construção de parcerias) para fazer frente às investidas do neoliberalismo e suas tentativas de criação do Estado Mínimo. Além disso, defendeu ações, como a realização dos COLEs e outras, já que elas se tornaram referências para governos, municípios e outras instituições.

Finalmente, temos o 10º COLE (1995) com um novo formato e a realização de seminários concomitantes. Dentre eles, o 8º *Encontro para a promoção da Leitura* com a coordenação do PROLER – programa criado em 1992, vinculado à Biblioteca Nacional¹⁹, e em vigência até aquele momento.

Considerações finais

Entre o 1º e 10º COLE (1978 – 1995) temos seis mesas-redondas e uma conferência que totalizam 26 participações e convergem para o tema das políticas públicas de leitura no Brasil. Essas participações envolvem uma diversidade de lugares de fala – bibliotecários, editores, professores universitários de diferentes campos do saber, representantes de órgãos/projetos governamentais, instituições de pesquisas, entidades e fundações. Nota-se que os coordenadores dos eventos buscam garantir uma abordagem plural para um assunto que se revela de muito significado naquele período, considerando uma população que, em grande parte, se vê excluída da escrita e da leitura e, também, os setores que lutam em favor da construção de um país mais democrático.

Uma leitura mais atenta dos títulos das mesas redondas em ordem cronológica de ocorrência pode revelar um percurso que vai da defesa da necessidade de uma política de leitura (3º COLE – 1981) à apresentação e análise de projetos e programas de incentivo já criados e em andamento (10º COLE – 1995). Aponta-se, assim, não apenas para o constante debate dessa questão no âmbito dos Congressos de Leitura do Brasil, nesse período, como também o conjunto torna possível maior conhecimento e compreensão das lutas empreendidas por grupos, associações, instituições etc.

Reforçando essa constatação, está a síntese apresentada por SILVA (2014, [n. p.]) sobre a emergência de programas de leitura após 1980: “[...] após 1980, surgiram: O programa Nacional do Livro Didático (PNLD); O Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE); O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER); o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL); A Pátria Educadora”.

¹⁹ A programação desse encontro, bem como as exposições feitas não foram localizadas por nós. Esse evento não teve seu volume de Anais, nem em forma escrita e nem digital. Outros dois tipos de suporte podem ser consultados para essa busca: as eventuais gravações em vídeo (fita VHS) e o Relatório Técnico do 10º COLE, ambos presentes no acervo. Destacamos que de simples conferência durante o 9º COLE, o PROLER transformou-se em seminário, dado seu crescimento, amadurecimento e importância como programa de leitura em nível nacional.

É possível reparar também que com o passar do tempo, cada vez mais as esferas – federal, estadual e municipal –, por meio de ministérios e secretarias de educação ou de órgãos ou programas específicos (FAE, MEC, INL, PROLER, PRÓ LEITURA), têm suas participações asseguradas, sendo chamadas aos debates. Outra observação fica para os conteúdos dos debates. Muito embora não se tenha realizado uma análise aprofundada de cada uma das mesas e da conferência, estabelecendo, por exemplo, seus diálogos com o momento histórico em que ocorrem, fica evidenciada a possibilidade de interpretações diferentes bem como a riqueza e atualidade das reflexões postas em circulação pelos congressos.

Uma importante conquista parece ter sido, então, obtida. Os Congressos de Leitura do Brasil foram uma iniciativa que deu corpo e vigor ao debate sobre a formulação de uma política nacional de leitura no Brasil, assegurando a diversidade de lugares de fala, defesas reiteradas de políticas de leitura, registro e análise de programas em andamento, participações institucionais, vozes dissonantes e pontos de vista conflitantes. Uma iniciativa por nós compreendida como pioneira após o lento arrefecimento dos silenciamentos impostos pelo golpe de Estado de 64.

Levando em conta tais considerações, reafirmamos a relevância do espaço assegurado pelos Congressos de Leitura do Brasil para os debates que acompanharam, e talvez, originaram o conjunto de ações organizadas em forma de projetos, programas e políticas de incentivo à leitura do período em questão. Um longo processo, iniciado em 1981, e que levou, apenas muito recentemente, no ano de 2018, à efetivação de uma Política Nacional de Leitura e Escrita com a Lei nº 13.696/2018²⁰.

Referências

BOSI, Ecléa. A substância social da memória. In: BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 13-35.

MENEGHELLO, Cristina. Das ruas para os museus: a paisagem sonora como memória, registro e criação. *MÉTIS: História & Cultura*, v. 16, n. 32, p. 22-42, jul./dez. 2017.

OLIVEIRA, Larissa de Souza. Memórias em movimento: “A importância do ato de ler”, de Paulo Freire, no Congresso de Leitura do Brasil (1981). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ANO 100 COM PAULO FREIRE. 2021. *Anais...* Faculdade de Educação da USP, São Paulo 2021. Disponível em: http://www.paginas.fe.usp.br/eventos/evento/eventos_evento.php?acao=Visualizar_Arquivo&tipo=trabalho_completo&eventosevento_codigo=5645&eventoseventoinsc_numero=683&eventoseventoinsc_trabalho_numero=1. Acesso em: 02 fev. 2022.

SILVA, Ezequiel Theodoro. Leitura crítica das políticas nacionais de leitura. In: FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO BAIXO PARNAÍBA: educação e trabalho, compromisso da escola com a formação social e profissional. 4., 2014. *Conferência...* Chapadinha, Maranhão, 2014.

SPERBER, Suzi. Em busca de uma política concreta para o desenvolvimento da leitura no Brasil. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 3. 1981. *Resumos...* FE/Unicamp, Campinas, 1981, p. 14-15.

TAKAMATSU, Sônia Midori. *Artes de fazer: memória, participação e história nos 30 anos da Associação de Leitura do Brasil*. 2017. 241f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade

²⁰ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13696.htm. Acesso em 15 fev. 2022.

Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1632902>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Sobre a autora

Larissa de Souza Oliveira. Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (2018). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (2015) e em Letras pela Faculdade Anhanguera de Campinas (2009). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino de Língua Portuguesa, Redação, Língua Inglesa, Tecnologia Educacional e Educação Não Formal; e em Pesquisa na área de Educação, principalmente com os temas: Leitura, História, Memória, Arquivo, Formação de professores para o uso de tecnologia na educação.

E-mail: sor.larissa@gmail.com.

Lilian Lopes Martin da Silva. Possui graduação em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1977), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1981) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Atualmente é professora colaboradora (MS-5) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, junto ao Grupo de Pesquisa Alfabetização, leitura, escrita e trabalho docente na formação inicial (ALLE/AULA). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, leitura, formação de professores e ensino de português.

E-mail: lilian.lmsilva@gmail.com.